

É pela vida das mulheres, por Luciana Genro

Para advogada, ex-deputada, dirigente do PSOL e fundadora do Emancipa, é uma verdadeira tragédia que as mulheres tenham que recorrer a clínicas clandestinas

(Gaúcha ZH, 03/04/2018 - acesse no site de origem)

A ministra Rosa Weber deu início à convocação de uma audiência pública para debater a descriminalização do aborto. A medida faz parte da tramitação de uma ação proposta pelo PSOL e pela Anis - Instituto de Bioética junto ao STF, que reivindica a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação.

A ação protocolada é uma ADPF, movida para julgar situações em que atos do poder público violem preceitos fundamentais da Constituição. Tenho muito orgulho de ser uma das advogadas que assina esta ação, junto com a Luciana Boiteux, a Gabriela Rondon e a Sinara Gumieri. É a primeira grande ação sobre descriminalização do aborto que chega ao Supremo. O que sustentamos na peça é que os artigos 124 e 126 do Código Penal não são coerentes com a garantia de direitos assegurada pela Constituição. Caso o Supremo acate a ação, a interrupção da gestação realizada por vontade da mulher até 12 semanas de gravidez não será mais crime no país.

O período de 12 semanas não foi escolhido ao acaso. Trata-se do tempo gestacional em que grande parte das mulheres realiza um aborto no mundo inteiro, inclusive nos países que já legalizaram o procedimento, como Alemanha, Dinamarca, França, Itália, Suíça e Uruguai. A Organização Mundial da Saúde considera que este é o período mais seguro para a realização do aborto, com uma taxa de apenas 0,05% de risco de complicações.

As duas edições da Pesquisa Nacional do Aborto mostraram que, aos 40 anos, uma em cada cinco mulheres já realizou um aborto no Brasil. Em 2015, foram 503 mil mulheres que optaram pelo procedimento. Ou seja: a cada minuto, uma mulher decide interromper sua gravidez. É uma verdadeira tragédia que as mulheres tenham que recorrer a clínicas clandestinas e a procedimentos inseguros. É um perigo real à vida dessas mulheres. A situação afeta especialmente as mulheres negras e pobres, pois quem possui recursos financeiros tem condições de pagar por um procedimento mais seguro, ainda que ilegal. O Brasil precisa encarar este debate sem preconceitos. Ser mãe deve ser uma escolha da mulher, não uma imposição.

Feminismo não é só empoderamento

peçoal, é luta coletiva, por Luciana Genro

O próprio fato de ser mulher num mundo de homens nos empurra a uma condição feminista, mesmo que muitas não se percebam assim.

(HuffPost, 17/01/2018 - acesse no site de origem)

O dicionário da editora Merriam-Webster's elegeu "[feminismo](#)" como a palavra do ano em 2017, tendo sido a mais pesquisada em seus registros. No mundo todo as [mulheres](#) estão quebrando o silêncio e exigindo igualdade, respeito e dignidade.

No Brasil tivemos um ano marcado pela [luta das mulheres](#), desde os expressivos protestos de 8 de março até a participação ativa da mobilização das mulheres contra a reforma da Previdência - o que contribuiu para enfraquecer o governo, que precisou adiar a votação para fevereiro. A inacreditável [PEC do Cavalo de Troia](#), que tenta [criminalizar o aborto](#) até mesmo nos casos em que já é permitido no Brasil, também provocou uma forte reação das mulheres, principalmente nas redes sociais.

É neste marco que estamos próximos de comemorar, em Porto Alegre, um ano de atividades da [Emancipa Mulher](#): uma escola de formação feminista e resistência antirracista. Desde abril do ano passado, realizamos mais de 200 horas de atividades, envolvendo mais de 300 mulheres nas aulas fixas e nos eventos abertos ao público em geral.

Entendemos que classe, raça e gênero são vivenciados por mulheres de formas diferentes, e as implicações das discriminações múltiplas se aprofundam para as mulheres pobres e negras.

O nosso primeiro curso, idealizado e ministrado pela Joanna Burigo e pela Winnie Bueno, [foi batizado de "Laudelina de Campos Mello", não por acaso](#). Nossa intenção foi homenagear esta mulher negra que foi uma lutadora pelos direitos das mulheres e das empregadas domésticas, fundadora do primeiro sindicato de trabalhadoras domésticas do Brasil. Entendemos que classe, raça e gênero são vivenciados por mulheres de formas diferentes, e as implicações das discriminações múltiplas se aprofundam para as mulheres pobres e negras. Por isso talvez vocês nunca tenham ouvido falar da Laudelina. No Brasil, 94% das pessoas que fazem trabalho doméstico são mulheres e a conquista de direitos trabalhistas para este segmento é muito recente.

O feminismo que buscamos fortalecer com a Emancipa Mulher é [interseccional](#). Kimberlé Williams Crenshaw foi a primeira a utilizar este termo, em 1991, em pesquisa sobre violências vividas por mulheres não brancas nos Estados Unidos. A interseccionalidade estuda não só o fato de ser mulher, mas ao mesmo tempo o fato de ser negra, ou [LGBT](#), trabalhadora, explorada, buscando capturar as consequências da interação entre as diferentes formas de subordinação. O [racismo](#) estrutural da sociedade se projeta sobre as [mulheres negras](#) de forma brutal, e as consequências estão evidenciadas em todas as estatísticas que demonstram que as mulheres negras vivem dificuldades ainda maiores para acessar educação, saúde, moradia e emprego. **São também as maiores vítimas da violência.**

O próprio fato de ser mulher num mundo de homens nos empurra a uma condição feminista, mesmo que muitas não se percebam assim.

Recentemente o dia 9 de janeiro marcou o aniversário de [Simone de Beauvoir](#). Uma pensadora à frente de seu tempo, que abriu o caminho para muitas que vieram depois. Sua célebre frase que diz que “não se nasce mulher, torna-se” pode ser muito bem adaptada para a própria formação feminista. Afinal nenhuma mulher nasce feminista, mas nos tornamos feministas – muitas vezes mesmo sem conhecer o termo ou ter proximidade com as leituras e a militância – com o tempo e a vivência. O próprio fato de ser mulher num mundo de homens nos empurra a uma condição feminista, mesmo que muitas não se percebam assim.

O feminismo é também uma luta pedagógica dentro do processo de emancipação das mulheres. Uma disputa que travamos através de palavras e ações pela construção de uma sociedade sem discriminação, onde o assédio seja combatido, em que não haja desigualdade salarial entre homens e mulheres e na qual a cultura do estupro possa ter fim. No Brasil, é impossível falar em todos estes problemas sem colocar a questão racial e de classe no centro do tabuleiro, pois são as mulheres negras e pobres as mais atingidas por eles – e frequentemente as mais silenciadas.

Neste ano de 2018 vamos seguir este trabalho da Emancipa Mulher, buscando cada vez mais fortalecer este feminismo interseccional, enfrentando o racismo, a LGBTfobia, o machismo e todas as formas de opressão. Para nós feminismo não é apenas uma questão de empoderamento pessoal. É uma luta coletiva e concreta: contra a violência doméstica e social, contra a divisão sexual do trabalho, por salários e direitos iguais de verdade, por creches, por saúde, por moradia e por tantos outros direitos que este sistema capitalista e patriarcal sonega às mulheres trabalhadoras. É nesta trilha que caminhamos, e seguiremos.

Luciana Genro é política e advogada

[10 perguntas para as advogadas que levaram o direito ao aborto ao STF](#)

Luciana Genro, Luciana Boiteux, Gabriela Rondon e Sinara Gumieri responderam ao JOTA

([Jota, 08/03/2017 - acesse no site de origem](#))

Após ter sido protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF) a primeira ação que pede a legalização ampla do aborto, o JOTA fez dez perguntas para as advogadas Luciana Genro, Luciana Boiteux, Gabriela Rondon e Sinara Gumieri – que assinam conjuntamente o texto.

A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental proposta pelo PSOL pede a liberação da interrupção da gravidez até 12 semanas de gestação. O partido questiona a criminalização da prática pelos artigos 124 e 126 do Código Penal de 1940.

“A ação é proposta neste momento também por uma constelação de fatores. A Pesquisa Nacional do Aborto, em dezembro de 2016, mostrou que meio milhão de mulheres fez aborto no Brasil em 2015: uma mulher por minuto abortou em condições ilegais e inseguras,

colocando sua vida e saúde em risco”, explicam.

Gabriela Rondon e Sinara Gumieri são advogadas da Anis - Instituto de Bioética e doutorandas em Direito na Universidade de Brasília (UnB). Coordenado pela professora Débora Diniz, o instituto foi responsável por levar ao STF o debate sobre aborto terapêutico de fetos anencéfalos e, mais recentemente, nos casos de mulheres infectadas com o vírus da zika.

Luciana Genro e Luciana Boiteux são filiadas ao PSOL. Boiteux é professora de Direito Penal e Criminologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi candidata a vice-prefeita do Rio de Janeiro na chapa de Marcelo Freixo em 2016. Além de advogada, Genro é uma das fundadoras da legenda.

Ao longo das dez perguntas, as advogadas falam sobre o momento escolhido para debater a interrupção da gravidez no Supremo, argumentam sobre as implicações jurídicas da ação e observam os desafios presentes da discussão do tema. Confira:

1 - Quais os fundamentos da ação? Por que neste momento e por que apenas até a 12ª semana?

O principal argumento da ação é que direitos fundamentais das mulheres são violados pela criminalização do aborto, especialmente os direitos à dignidade e à cidadania. A violação ao preceito fundamental da dignidade é entendida como a negação à autonomia da mulher para tomar suas decisões, e a violação à cidadania, como o impedimento de ter as condições necessárias para viver uma vida digna. Essas condições incluem não sofrer discriminação de gênero, racial e de classe (são as mulheres negras, indígenas, nordestinas e pobres as que têm mais direitos violados pela criminalização do aborto); não sofrer tortura e tratamentos desumanos, causados pela negação de atendimento a uma necessidade de saúde como é o aborto; ter acesso a serviços de saúde e às condições para decidir se, quando, como e com quem ter filhos, em respeito ao seu direito ao planejamento familiar.

O pedido se centra nas 12 primeiras semanas por várias razões. A primeira é porque essa é a experiência das mulheres. Estudos internacionais mostram concentração da realização de abortos até a 13ª semana. A segunda é porque é um procedimento muito seguro dentro desse tempo gestacional, com baixo risco de complicações que exijam atendimento hospitalar. A terceira é porque esse é o principal marco temporal de aborto legal seguido internacionalmente, nas legislações de Alemanha, Cidade do México (México), Espanha, França, Grécia, Itália, Moçambique e Uruguai, dentre outros.

A ação é proposta neste momento também por uma constelação de fatores. A Pesquisa Nacional do Aborto, em dezembro de 2016, mostrou que meio milhão de mulheres fez aborto no Brasil em 2015: uma mulher por minuto abortou em condições ilegais e inseguras, colocando sua vida e saúde em risco. Em janeiro de 2017, os efeitos da lei da mordada imposta pelo Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, lançaram nova ameaça para os direitos reprodutivos das mulheres no mundo. Neste 8 de março, as mulheres se organizam para marchar juntas e para além das fronteiras contra retrocessos e direitos violados historicamente. Se a pauta sempre foi urgente, agora ela se torna inadiável.

2 - A decisão da Primeira Turma, no ano passado, foi um sinal de que o Supremo pode avançar sobre esta questão?

Essa não foi a primeira vez que o Supremo Tribunal Federal deu sinais de estar preparado para

o debate sobre o aborto. Na ADI 3.510, que analisou a lei de biossegurança, em 2008, e na ADPF 54, sobre aborto em caso anencefalia, em 2012, já havia importantes precedentes sobre como interpretar a questão do aborto a partir de uma análise de direitos fundamentais. A decisão da Primeira Turma em novembro de 2016, embora sem eficácia contra todos e efeito vinculante, consolida a partir de decisões anteriores um passo na direção da leitura constitucional de que a criminalização do aborto viola direitos fundamentais das mulheres, especialmente o direito à autonomia, o direito à integridade física e psíquica, os direitos sexuais e reprodutivos e o direito à igualdade. A ADPF proposta neste momento dialoga com todos esses precedentes, centrais para o tema.

3 - Há muita crítica (houve em relação ao processo relatado pelo min Barroso) de que este tema deveria ser decidido pelo Congresso. Como vocês analisam este argumento?

As críticas partem de uma incompreensão sobre o que significa levar a sério os direitos fundamentais das mulheres. As cortes constitucionais são o local certo para se levar demandas sobre direitos constitucionalmente previstos, especialmente quando se trata de direitos que precisam ser contra majoritariamente protegidos. Reva Siegel, professora de direito em Yale e estudiosa da constitucionalização do direito ao aborto, destaca que, na perspectiva da pesquisa constitucional comparada, quando o aborto chega às cortes constitucionais, já está consolidado como um conflito constitucional no debate político, então não há inovação das cortes ao reconhecer a questão. O entendimento de Siegel vale para nós aqui: a moral hegemônica representada na política institucional brasileira hoje mantém e reforça a criminalização do aborto, fazendo com que o questionamento sobre a incompatibilidade da lei penal com os direitos garantidos às mulheres segundo a Constituição Federal se torne ainda mais importante dentro da Corte Suprema, em uma democracia comprometida com direitos fundamentais.

4 - O Congresso reagiu fortemente a duas decisões recentes do Supremo (Vaquejada e HC do aborto). Vocês não enxergam o risco de o Congresso reagir também a esta possível decisão?

Sim, é bastante possível e até mesmo esperado, pela mesma razão exposta acima: há uma moral hegemônica, enraizada na política institucional, que colabora para manter a criminalização do aborto ou inclusive para acirrá-la e ameaçar as hipóteses de aborto legal hoje existentes. Mas é também por isso que o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema se torna ainda mais importante, para que o debate já posto no cenário político possa ser amadurecido do ponto de vista constitucional.

5 - Como enfrentar o argumento daqueles que defendem a ideia de que o feto tem direito à vida e que a interrupção seria uma violação ao direito à vida?

A principal resposta é que direitos fundamentais precisam ser interpretados em uma coerência sistemática, não só em face uns dos outros, dentro do texto constitucional, como dentro de uma coerência histórica de interpretações da corte. Nesse tema, há uma coerência histórica crucial do Supremo Tribunal Federal em reconhecer diferentes estatutos de proteção de direitos a embriões e fetos ou a pessoas nascidas, conforme se observa nos precedentes da ADI 3510, da ADPF 54 e do HC 124.306. Afirmar isso não significa dizer que não se reconheça valor a embriões ou fetos - pelo pertencimento à espécie humana, embriões e fetos têm valor intrínseco a ser preservado por normativas infraconstitucionais. Mas o próprio Supremo já decidiu, nos casos citados, que é às mulheres a quem se deve reconhecer direitos

fundamentais. Vale lembrar trecho da ementa da ADI 3510, sobre pesquisa com células-tronco embrionárias: “A potencialidade de algo para se tornar pessoa humana já é meritória o bastante para acobertá-la, infraconstitucionalmente, contra tentativas levianas ou frívolas de obstar sua natural continuidade fisiológica. Mas as três realidades não se confundem: o embrião é o embrião, o feto é o feto e a pessoa humana é a pessoa humana”. Isso nos diz muito sobre como devemos interpretar nossas distintas convicções no tema do aborto.

6 - Qual é a relação desta ação com a ADI/ADPF 5581, movida em agosto pela Anis e a Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep), que pede a liberação da interrupção da gravidez em caso de gestantes infectadas pelo vírus Zika?

A ação do zika (ADI 5581) e a ação proposta pelo PSOL têm em comum o fato de incluírem uma demanda sobre aborto, por compartilharem uma compreensão quanto à violação dos direitos das mulheres pela criminalização do aborto. Vale lembrar que a ADI 5581 busca respostas urgentes - e ainda pendentes - para direitos de mulheres e crianças violados no contexto da epidemia do zika, e seus pedidos incluem acesso à informação sobre a epidemia e a métodos contraceptivos amplos, direito ao aborto para mulheres infectadas por zika e vivendo sofrimento mental, e acesso a políticas de proteção social - especialmente o Benefício de Prestação Continuada (BPC) - para crianças com deficiência afetadas pelo vírus zika.

Assim, os pedidos relativos ao aborto permitem entender a diferença entre as duas ações: a ação do zika demanda o reconhecimento de mais uma exceção (além de estupro, risco de vida e anencefalia) à criminalização do aborto, só para casos em que a saúde mental das mulheres esteja ameaçada pela epidemia do vírus zika, considerando as consequências ainda em curso, não podemos esquecer, da epidemia no Brasil. Já a ação do PSOL faz um pedido mais amplo, para que o aborto não seja mais crime quando realizado até 12 semanas.

7 - Porque debater a legalização do aborto no Supremo, e não no Congresso?

Essa pergunta é importante porque permite identificar um falso dilema que reproduzimos às vezes sem notar. Uma democracia constitucional saudável exige divisão e controle mútuo de poderes. A uma corte constitucional como o Supremo Tribunal Federal cabe a proteção dos direitos fundamentais e da integridade da Constituição, em especial por meio da defesa de direitos minorias políticas diante de eventuais excessos da maioria. É exatamente dessa responsabilidade contramajoritária que se trata a ação de descriminalização do aborto: proteger direitos das mulheres violados por ação estatal. E não somos nós que dizemos isso: essa é uma afirmação do próprio Supremo ao decidir casos como a ADPF 54 (que garantiu o direito de interrupção da gestação em caso de feto anencefálico), a ADPF 132 (que reconheceu o direito de união estável para casais do mesmo sexo), a ADPF 291 (que retirou menções a práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo do crime de ato libidinoso do Código Penal Militar).

8 - O resultado desta ação poderia abrir espaço para a descriminalização total, mesmo após 12 semanas?

Não temos dúvidas de que uma decisão favorável à descriminalização do aborto é um importante passo em um debate constitucional maduro sobre adequação, necessidade e proporcionalidade do uso do direito penal em matéria de decisões reprodutivas. Na ação recém proposta, estamos seguras quanto à urgência do reconhecimento do direito ao aborto até 12 semanas, que é coerente com demandas das mulheres, seguro para a saúde delas e dialoga

com o principal marco temporal de aborto legal seguido internacionalmente.

9 - Uma vez aprovada, quais seriam as implicações jurídicas de uma eventual ampliação do aborto? Quais seriam os próximos passos?

O primeiro passo após uma ampliação do direito ao aborto seria a regulamentação e organização de serviços de aborto legal e saúde sexual e reprodutiva para as mulheres, a exemplo do que já existe para os atuais casos de aborto legal (estupro, risco de vida e anencefalia). Parece ser mais do mesmo, mas não é: a descriminalização do aborto teria (e terá) um importante efeito de reduzir o estigma associado à sexualidade, à saúde e as decisões reprodutivas das mulheres. Isso implica em políticas de saúde de maior qualidade, em profissionais mais preparados para ouvir e acolher as necessidades das mulheres, em uma sociedade mais responsável com a educação sexual necessária para a realização do projeto de vida de todas as pessoas.

Uma evidência disso está no próprio funcionamento dos serviços de aborto legal atualmente existentes: a criminalização do aborto pesa inclusive sobre esses casos. O resultado são serviços escassos, equipes pouco preparadas, mulheres tratadas sob permanente suspeição e enfrentando barreiras para acessar abortos legais.

10 - Quais são os efeitos da permanência da criminalização do aborto no país? A lei penal é bem sucedida na tentativa de evitar que as mulheres realizem abortos?

Não, a lei penal não é capaz de impedir que mulheres façam abortos, nem no Brasil nem em qualquer lugar do mundo. A Pesquisa Nacional do Aborto 2016 mostrou que, só em 2015, mais de meio milhão de mulheres realizaram um aborto. A cada minuto, uma mulher brasileira toma a decisão reprodutiva de não seguir com uma gestação e, em função da criminalização, o procedimento de interrupção frequentemente ocorre em condições inseguras e sob ameaça de perseguição criminal, agravadas ainda pela desigualdade racial, econômica e regional. A única eficácia garantida pela criminalização do aborto diz respeito a graves violações de direitos fundamentais das mulheres.

Precisamos aprender com a experiência de países que, contrariando o senso comum no tema, legalizaram o aborto e observaram diminuição do número de interrupções de gestação, como a França. Pode parecer contraditório, mas tudo é explicado e comprovado pela redução do estigma associado ao aborto e à sexualidade, e seus efeitos sobre políticas públicas. Levar a sério a prevenção de gestações não planejadas e, conseqüentemente, a redução do número de abortos exige educação sexual integral nas escolas, acesso a métodos contraceptivos adequados para cada mulher, atendimento de qualidade às necessidades de saúde das mulheres - incluindo o amplo direito ao aborto -, combate à violência sexual e fortalecimento da igualdade de gênero. Por tudo isso é que a ação do PSOL de descriminalização do aborto é uma iniciativa pela dignidade e cidadania das mulheres.

Por Mariana Muniz/JOTA Brasília

As mulheres que ‘causaram’ na política brasileira em 2014

(El País, 30/12/2014) Quando Dilma Rousseff vestiu a faixa presidencial pela primeira vez, no dia 1 de janeiro de 2011, enalteceu o fato de ser a primeira mulher eleita presidenta do país. Ao longo de seu discurso, a palavra ‘mulher’ foi dita dez vezes. “Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher”, disse. “Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que - no dia de hoje - todas as mulheres brasileiras sintam orgulho e a alegria de ser mulher”, prosseguiu.

De fato, naquele momento surgia uma nova era para as mulheres na política. Naquele ano, além de Dilma Rousseff, 45 deputadas federais foram eleitas, além de oito senadoras e duas governadoras. Um número baixo, se levado em conta o total de parlamentares (513 deputados federais, 54 senadores e 27 governadores), mas alto, pensando no contexto sócio-político do Brasil: um país patriarcal, cuja cultura machista é amplamente enraizada, e onde a mulher só conquistou o direito ao voto muito tempo depois de ser deixada de escanteio no jogo político. Por isso, 2010 foi sim um grande ano para as mulheres na política. E ao longo do seu mandato, Dilma Rousseff deu poder a um time feminino em pelo menos dez ministérios - e ainda, Graça Foster na presidência da Petrobras.

Quatro anos depois, o cenário mudou um pouco. Foi eleita apenas uma governadora - Suely Campos (PP), em Roraima - cinco senadoras e 51 deputadas federais. Este foi o primeiro ano em que todos os partidos políticos cumpriram com a cota de 30% de mulheres entre seus candidatos. E cumprindo a lei, a participação feminina entre os postulantes cresceu 60%, em relação a 2010. Mas isso não se refletiu, necessariamente, em votos que registrassem uma mudança consistente. Talvez porque uma lei não muda necessariamente uma cultura. Pelo menos não de uma hora para outra. A mudança deveria continuar pelas mãos de Rousseff. Mas na lista ainda incompleta de ministros do novo Governo, figuram apenas duas mulheres entre os 17 nomes: Katia Abreu, na Agricultura, e Nilma Lino Gomes na Secretaria de Igualdade Racial. Ainda faltam nomes a serem anunciados, mas as pastas mais fortes serão chefiadas por homens, como a Casa Civil, que muito provavelmente continuará sob comando de Aloizio Mercadante.

Embora numericamente a participação feminina não apresente grandes avanços, algumas mulheres fizeram com que 2014 fosse um ano importante para o gênero feminino. Inegavelmente, foi uma eleição histórica, com três mulheres na disputa. As notícias não são necessariamente as melhores. Entre dólar entre as roupas íntimas à rainha eleita pelas feministas, as mulheres que causaram na política brasileira neste ano foram:

A ambientalista que mudou todas as peças do xadrez eleitoral

De vice-candidata, Marina Silva virou protagonista dessas eleições após a morte de seu cabeça de chapa Eduardo Campos (PSB) em um trágico acidente de helicóptero. O país esperou Marina Silva se pronunciar - ou talvez, antes de mais nada, se decidir - sobre o futuro de sua candidatura. Foi a público dizer que ficava. Mas as incertezas de Marina rondaram sua cabeça e sua campanha. Para tentara agradar gregos e troianos, Marina foi de um lado para outro em diversas questões, como os direitos dos homossexuais e o apoio do PSDB em São Paulo, e

renegou seu discurso 'paz e amor' ao decidir rebater os ataques dos adversários. Talvez, ainda que inconscientemente, criticou tanto Dilma Rousseff que passou a se parecer com ela. Freud poderia explicar. Ou não. A pérola "Eu prefiro perder ganhando que ganhar perdendo. Mas nós vamos ganhar ganhando" que ela soltou em sua conta no Twitter, poderia ser perfeitamente dita por Rousseff, que volta e meia se perde um pouco com as palavras.

A rainha das feministas

Seu sotaque gaúcho ficou conhecido. Luciana Genro (PSOL) virou meme. Foi chamada de musa por homens e feministas. Colocou no centro questões tabus para a política brasileira como a legalização das drogas e do aborto. Esquentou um debate entre os presidentiáveis que tinha tudo para ser morno, quando disse para o candidato tucano Aécio Neves "não apontar o dedo" para ela, enquanto ele a chamava de "leviana". Neves encolheu o indicador e quase guardou o dedo dentro do bolso e foi taxado de machista pelo resto das eleições. Genro comparou Neves ao PT, dizendo que era "o sujo falando do mal lavado", se referindo ao partido do qual foi filiada por anos, e onde seu pai ainda permanece. Foi irônica e séria, algumas vezes pendendo para um discurso um pouco ultrapassado em relação à economia. Criticou a Rede Globo em um debate na própria emissora. Perdeu as eleições, mas dos candidatos menores foi a mais bem votada, ficando em quarto lugar. Levou uma boa parte dos votos de Marina Silva e Dilma Rousseff. Já fora do jogo eleitoral, a candidata do PSOL fez seu último barulho, dizendo aos seus 1,6 milhão de eleitores: "Não votem em Aécio". Genro só fez silêncio na hora de dizer em quem votar, já que, apesar da aversão a Aécio Neves, a gaúcha tampouco declarou apoio a Rousseff.

Marina Rossi

Acesse no site de origem: [As mulheres que 'causaram' na política brasileira em 2014 \(El País, 30/12/2014\)](#)

Socióloga analisa obstáculos à eleição de mais mulheres no Brasil

(Agência Patrícia Galvão, 31/10/2014) Em recente artigo, a socióloga Clara Araújo apresenta uma detalhada análise sobre os resultados do processo eleitoral recém encerrado e que já pode ser considerado histórico, seja pelo fato de três mulheres terem disputado o mais alto cargo Executivo do País, obtendo 64,42% dos votos válidos no primeiro turno para a Presidência da República, mas também pelo "aumento substancial das candidaturas" femininas, que trouxe vários elementos positivos ao debate sobre o que poderia ser considerada uma "justiça de gênero" no Brasil, apesar das contradições colocadas pelo baixo crescimento eleitoral das mulheres.

[Baixe aqui a íntegra do texto](#)

Professora do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e coordenadora do Núcleo de

Estudos de Desigualdades e Relações de Gênero da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NUDERG/UERJ), Clara Araújo aponta que a eleição de 2014 “certamente será registrada na história das lutas das mulheres para ocupar espaços de poder e se firmarem como competidoras em um país continental como o Brasil”.

A pesquisadora destaca seis aspectos dos resultados do primeiro turno eleitoral que podem embasar uma análise positiva: o aumento do número de candidaturas de mulheres; o percentual de votos destinados às mulheres candidatas à Presidência; a trajetória das candidatas que disputaram o mais alto cargo eletivo no país; o percentual de mulheres eleitas para o Senado e “o próprio resultado para a Câmara Federal” – pois, “se for comparado com as eleições anteriores, os números são positivos, embora baixos”; e o fato de o aumento da fragmentação eleitoral (o número de legendas representadas na Câmara dos Deputados saltou de 22 para 28 na próxima legislatura) não ter prejudicado diretamente as mulheres.

Entre os elementos desfavoráveis à representação feminina na política nacional, a socióloga lista os resultados das disputas aos cargos de governos estaduais e em assembleias legislativas; e a permanência do “insatisfatório compromisso” dos partidos com políticas efetivas de estímulo à participação das mulheres nos espaços de representação e poder, o que pode ser verificado também quando são analisadas as “condições de elegibilidade” e “competitividade” das candidatas de forma contextualizada.

A especialista questiona também uma abordagem “diluída de substância e de conteúdo” em relação ao tema dos resultados das cotas legais de gênero entre mulheres dos vários partidos, que apesar da correção e importância da pauta coloca todas as legendas em um mesmo patamar “difuso” e “confortável” de responsabilidades.

Clara também aponta que o papel dos partidos deve ser analisado levando-se em conta também a localização no espectro ideológico, cuja atualidade é enfatizada por ela frente aos debates em pauta no momento atual, em particular no campo dos direitos humanos. Devem também ser considerados o peso do poder econômico em suas múltiplas manifestações, incluindo o que chama de “familismo”, e o peso das bancadas religiosas e sua constituição também majoritariamente masculinizada.

Em sua conclusão, Clara Araújo destaca que, embora permaneça “um padrão de gênero” desfavorável às mulheres nas eleições, “a conjuntura atual reforça o foco da política e de pesquisas em uma agenda de reforma política e de relações entre compromissos partidários e estruturas sociais que influenciam os percursos e trajetórias políticas”.

Contato



Clara Araújo – socióloga e pesquisadora do Departamento de Ciências

Sociais da UERJ

(21) 2334-0933

claramaria.araujo@gmail.com

Ativistas LGBT organizam ação judicial coletiva contra o candidato Levy Fidelix

(Fórum, 29/09/2014) O TSE declarou que, para punir o candidato, tem de ser acionado externamente. De acordo com ativista do Coletivo de Feministas Lésbicas, mais de 200 pessoas já estão mobilizadas para encaminhar uma ação judicial coletiva e acionar o Tribunal

Leia também:

[A homofobia de Levy Fidelix doeu tanto quanto o silêncio dos candidatos, por Leonardo Sakamoto](#)

[Campanha #eSEfosseEu mobiliza internautas pela criminalização da homofobia](#)

[No AP, candidato gay leva pedrada na cabeça e diz ser vítima de homofobia](#)

As declarações homofóbicas do candidato à presidência da República, Levy Fidélis (PRTB), no debate de ontem (28), realizado pela TV Record, causaram revolta na comunidade LGBT e em defensores dos Direitos Humanos em geral. Um protesto contra o candidato está agendado para este fim de semana e agora ativistas estão organizando uma ação judicial coletiva contra Fidelix por incitação ao ódio e danos morais coletivos.

Ao ser questionado pela candidata Luciana Genro (PSOL) a respeito da criminalização da homo-transfobia e casamento igualitário, Levy Fidélis iniciou dizendo que se tratava de “um assunto pesado” e que era preciso “reagir” contra a população LGBT. “O Brasil tem 200 milhões de habitantes, daqui a pouquinho vai reduzir para cem. Vai para a Paulista, anda lá e vê, é feio o negócio, né? Então, gente, vamos ter coragem. Nós somos maioria, vamos enfrentar essa minoria. Vamos enfrentá-los. Não tenha medo de dizer que ‘sou pai, uma mãe, vovô’, e o mais importante é que esses que têm esses problemas realmente sejam atendidos no plano psicológico e afetivo, mas bem longe da gente, bem longe mesmo porque aqui não dá”, declarou.

Logo depois da resposta homofóbica, o assunto viralizou na rede. Várias manifestações foram organizadas e, indignados, ativistas questionavam a possibilidade de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) punir o candidato por discurso de ódio e incitação à violência. A reportagem da revista Fórum, a assessoria de comunicação do TSE declarou que, para o Tribunal agir, é necessário que ele seja acionado externamente.

De acordo com a ativista do Coletivo de Feministas Lésbicas (CFL), Irina Karla, mais de 200 pessoas já estão mobilizadas para encaminhar uma ação judicial coletiva e acionar o TSE. Como o debate foi realizado no estado de São Paulo, os ativistas também pretendem enquadrar Levy Fidelix na lei estadual 10.948/02, que pune atos homofóbicos; entre eles, discursos de ódio.

Por fim, Irina Karla afirmou que o discurso do candidato, em pleno debate eleitoral, pode encorajar pessoas a agredirem LGBTs. “Ao ouvir o candidato associar a pedofilia à homossexualidade, me senti ofendida. Não sou criminosa, nunca abusei de uma criança. E ainda continuou dizendo que é só olhar para a Paulista, que a coisa está feia lá. Nos últimos

três anos, nós não andamos mais tranquilos na Paulista, temos medo de levar lampadadas no rosto, de apanhar, de sermos agredidos, como vamos andar tranquilos lá? Será que as pessoas que já nos agrediam não vão se sentir mais encorajadas a isso? E ainda, para piorar, termina dizendo 'vamos enfrentar essa minoria' e que nos quer vivendo bem longe, fazendo lembrar de quando nos colocavam isolados, em clínicas, como doentes ou, ainda pior e mais agressivo, em campos de concentração", criticou a ativista.

Por Marcelo Hailer

Acesse no site de origem: [Ativistas LGBT organizam ação judicial coletiva contra o candidato Levy Fidelix \(Fórum, 29/09/2014\)](#)

Falta sororidade entre candidatas, por Flávia Oliveira

(O Globo, 28/09/2014) A luz se fez durante ótima aula de Renato Nogueira, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em filosofia. No curso sobre mitos femininos, o sobrevoou pela antiguidade grega aterrissou no templo de Atena, onde a bela Medusa acabou punida após ser violada por Poseidon. Impura nos domínios da deusa virgem, a sacerdotisa foi condenada pela senhora da guerra à feiura extrema, capaz de transformar em pedra quem a mirasse. O deus dos mares seguiu impune. Medusa ficou só, sem beleza nem par. Foi impossível não ligar o infortúnio da personagem à certa falta de solidariedade entre as mulheres nos tempos modernos.

NÃO É INCOMUM a associação do infortúnio de Medusa à cultura do estupro, que responsabiliza a vítima pela violência sofrida. Amanda Beatriz Lanes tratou dessa representação em artigo no site "Blogueiras Negras". A pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada sobre tolerância à violência contra a mulher, alvo de polêmica no semestre passado, também trouxe evidências de perpetuação do pensamento. Quase seis em dez (58,5%) entrevistados concordaram com a frase "Se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros". É raciocínio intolerável, que absolve o criminoso.

Em outro viés, o mito de Medusa remete a fenômeno que o movimento feminista contemporâneo identificou e batizou. Chama-se sororidade o pacto de irmandade e apoio mútuo firmado entre mulheres. Foi o que faltou à Atena na narrativa construída sob a ótica masculina em tempos idos. Se o conceito existisse na Grécia Antiga, Poseidon estaria liquidado. A mitologia se construiria sobre outro modelo de convivência feminina.

Como nunca é tarde para desconstruir velhos padrões e abraçar novos, convém adicionar a expressão ao glossário da corrida presidencial. A campanha, tudo indica, está a uma semana de um inédito segundo turno entre duas candidatas, Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PSB). O eleitorado feminino, vale lembrar, é maioria e vai decidir o pleito, afirmou a socióloga Fátima Pacheco Jordão em boletim do Instituto Patrícia Galvão.

As duas adversárias dariam contribuição adicional à democracia brasileira, se emprestassem doses de cordialidade ao restante da disputa pelo Planalto. Não foi o que fizeram na primeira fase da campanha. Na propaganda política, a equipe petista compôs marchinha chamando a oponente de “Marina vai com as outras”. Em entrevista, Dilma tachou a adversária de leviana, em resposta à frase da pessebista sobre seu antigo partido ter nomeado “por 12 anos uma pessoa (o ex-diretor Paulo Roberto Costa) para assaltar os cofres da Petrobras”. Quando Marina reclamou do bombardeio nas redes sociais, a candidata à reeleição rebateu dizendo que Presidência não é lugar para “coitadinho”.

Faltou sororidade à Dilma. E à Marina. A ex-ministra do Meio Ambiente não repreendeu o vice-presidente do PPL, quando Fernando Siqueira soltou num almoço a piada sobre sua candidatura ser anulada pelo Ibama por abater um tucano (símbolo do PSDB de Aécio Neves) e uma anta (ofensa gratuita à petista). Num vídeo da campanha, Marina insinuou que Dilma é gorda, ao compará-la a um mangangá, espécie de besouro corpulento de ferroada potente.

O rol de provocações e ofensas pessoais empobrece o debate político. E pior: nivela pelas piores práticas a inédita final eleitoral entre duas brasileiras. Calma, irmãs.

Acesse o PDF: [Falta sororidade entre candidatas, por Flávia Oliveira \(O Globo, 28/09/2014\)](#)

[Mulheres no Brasil, uma maioria que não é representada](#)

(El País, 23/09/2014) Pela primeira vez em uma eleição para a presidência no Brasil duas mulheres aparecem emoladas na disputa pelo primeiro turno. Desde que sua candidatura foi lançada, após a morte de Eduardo Campos, Marina Silva (PSB) disputa, em pé de igualdade, a preferência dos votos com a presidenta Dilma Rousseff (PT). Outra mulher também está entre os candidatos, Luciana Genro (PSOL), porém com menos chances de chegar ao segundo turno, segundo as pesquisas eleitorais.

Com uma representação feminina deste porte, seria natural esperar que questões de interesse das mulheres estivessem na agenda do debate eleitoral. Mas na prática, isso não acontece. Uma pesquisa de 2012, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com o Data Popular e SOS Corpo, revelou que serviços de saúde mais eficientes (97%), transporte público mais eficiente (88%) e escolas em tempo integral para os filhos (83%) eram as três maiores demandas das mulheres para as próximas eleições. Hoje, porém, essas questões são tratadas de maneira genérica.

Dos 142,4 milhões de eleitores que devem votar nas eleições deste ano, 52% são mulheres. Neste ano também, o número de mulheres que disputam algum cargo nas eleições quase dobrou em relação ao pleito de 2010: 46% a mais de candidatas. Além disso, há mais de dez anos as mulheres representam a maioria da população brasileira, 51%, segundo o IBGE.

Mas os números provam que pouco adianta ser maioria em um país em a maioria tem menos

poder. No âmbito econômico, a diferença entre os salários pagos para homens e mulheres só aumenta. Segundo o IBGE, em 2009, os homens recebiam 24% a mais do que as mulheres. Em 2010, 25% a mais e, em 2012, a diferença subiu para 25,7%. Já na esfera social, entre 1980 e 2010, 92.000 mulheres foram assassinadas, sendo que 43.700 só na última década, um aumento de 230%.

A candidata do PSOL, Luciana Genro, é a única que fala abertamente sobre questões como o aborto. Seu programa de governo tem um tópico inteiro para tratar de questões relacionadas às mulheres, dividido em dez subtópicos: combate à violência contra a mulher, aumento da oferta de vagas na educação infantil, legalização do aborto, em defesa do parto humanizado, pela equidade salarial, aumento do tempo de licença-maternidade e paternidade, por uma reforma política que fortaleça a participação feminina, por uma educação não-sexista, mulheres negras e combate à lesbofobia e transfobia.

Mesmo assim, Genro de longe não é a candidata mais feminista do país. Sua marca está muito mais no debate econômico do que de gênero.

A presidenta Dilma Rousseff (PT) e sua rival Marina Silva (PSB) pouco tocam em assuntos de interesse da mulher. No chamado programa de governo de Rousseff - o PT ainda não entregou o seu programa de governo completo - o texto se refere à Casa da Mulher Brasileira como algo decisivo para combater a violência e promover a igualdade entre as mulheres. Em 42 páginas, essa é a única menção às mulheres no programa de Rousseff.

Já no programa de governo de Marina Silva, há um capítulo específico para as mulheres, que trata de propostas como a “criação de um Fundo de Políticas Públicas para as Mulheres” e “apoiar a formalização do trabalho feminino”, e outras propostas mais vagas, como “estimular a criação de creches em todo o país”, algo que, sem números, fica difícil mensurar.

Embora o gênero tenha sido pouco explorado para discutir propostas, as candidatas não deixam de usar da condição de ser mulheres quando lhes convém. Marina Silva chegou a dizer que “não vai agredir outra mulher”, quando começou a ser alvo de ataques de Dilma Rousseff. A presidenta, por sua vez, já se defendeu das críticas que fazem ao seu jeito autoritário, rebatendo que “só porque é mulher”, deveria ser doce. E que se fosse um homem ninguém a questionaria nesse sentido.

Por Marina Rossi

Acesse no site de origem: [Mulheres no Brasil, uma maioria que não é representada \(El País, 23/09/2014\)](#)

Três mulheres não bastam?, por Ivan Martins

(Época, 03/09/2014) Minha mãe, que tem 86 anos, anda orgulhosa de ver três mulheres

debatendo na televisão pelo posto de presidente da República. Desde que me lembro, a única constante política na vida da Dona Leonor tem sido votar em mulheres sempre que a oportunidade se oferece, para todos os cargos. Desta vez, para felicidade dela, não há somente a presidente Dilma, que busca reeleição. Há também Marina Silva, com chances cada vez maiores de vencer, e Luciana Genro, que pontifica nos debates com sotaque gaúcho e perguntas agressivas. No domingo, ao telefone, minha mãe dizia lembrar-se muito bem de um tempo em que o horizonte das mulheres estava mais ou menos confinado à cozinha: “Que bom que mudou, não filho?”.

O valor simbólico desse novo protagonismo feminino é, ao mesmo tempo, imensurável e indiscutível. Um mundo em que as mulheres podem ocupar um cargo de tanto poder – e, efetivamente, o ocupam – é, de uma forma intangível, mas ao mesmo tempo muito clara, um mundo melhor do que aquele que limitava as aspirações femininas à vida doméstica ou a funções profissionais subalternas.

Mas há um descompasso grave entre a simbologia da eleição e o mundo real. Neste, não só os problemas das mulheres brasileiras continuam gravíssimos, como não parece haver nenhum empenho especial das candidatas em abordá-los – embora as mulheres sejam 51,5% da população brasileira e haja no país 6 milhões de mulheres a mais que homens.

Um caso exemplar é a violência contra mulheres. Estatísticas divulgadas pelo governo no ano passado mostram que ocorrem no país algo como 5 600 mortes violentas de mulheres todos os anos – quase 16 casos por dia, ou um caso a cada hora e meia. Esse número, apesar da Lei Maria da Penha, não melhora. Pior, os homicídios são apenas os casos mais extremos de violência a que as mulheres estão sujeitas. As denúncias de insultos e agressões, quando não estupros, contam-se em outra ordem de grandeza. Você viu alguma das candidatas tocar nesse assunto durante os debates – ou trazê-lo com destaque para a propaganda eleitoral? Não vi uma coisa e nem outra.

Outro exemplo é o aborto. Embora seja uma questão de enorme importância para a vida e a saúde das mulheres, sua proibição não é discutida na eleição. Paira sobre o tema um veto religioso que apenas candidatos menores, sem chances aparentes de vitória, se atrevem a confrontar. Enquanto isso, estima-se que seja feito 1 milhão de abortos clandestinos por ano no Brasil e que, a cada dois dias, morra uma brasileira pobre por causa disso. O fato de haver duas mulheres com chances de vitória não alterou o pacto de silêncio que cerca o assunto.

As diferenças de oportunidade de trabalho e de remuneração também passam ao largo da campanha. As mulheres brasileiras ainda recebem em média 28% a menos do que os homens pelo mesmo trabalho, e o desemprego entre elas é três pontos percentuais maior, em todas as regiões do país. Por que as candidatas não falam sobre isso no horário eleitoral?

Há outros exemplos de temas negligenciados no debate eleitoral, mas esses são suficientes para ilustrar minha tese: não adianta haver candidatas se os assuntos que interessam às mulheres não forem levados ao debate. O ganho simbólico não se traduz em avanços reais.

Como maioria da população, e como grupo socialmente mais frágil, as mulheres mereceriam mais atenção das candidatas. Não tem sido o caso. Pergunto por quê e não tenho resposta. Talvez elas achem que pega mal falar em defesa das próprias mulheres. Ou, quem sabe, julguem que esses assuntos não são relevantes para o resto dos brasileiros, embora sejamos todos filhos, irmãos, maridos ou amigos de alguma mulher.

Sei, com certeza, é que entre minhas amigas não há euforia pela existência de três candidatas e de uma provável presidente. Estão todas orgulhosas pelo domínio feminino da eleição, mas as contradições saltam aos olhos. De um lado, a sensação de dominar o mundo. De outro, a dura realidade: as mulheres não conseguem andar na rua sem ser incomodadas, vivem num país machista onde é arriscado até viajar sozinha e, na hora de pegar o holerite, percebem que ganham menos que o cara ao lado.

Dilma, Marina e Luciana deveriam discutir essas questões diante de nós, como fariam quaisquer mulheres que se encontrassem numa noite de sexta-feira para conversar e tomar um chopinho.

Acesse no site de origem: [Três mulheres não bastam?, por Ivan Martins \(Época, 03/09/2014\)](#)

Aborto: Eduardo Jorge e Luciana Genro cobram descriminalização. Aécio defende manutenção da lei

(Blog de Jamildo, 27/08/2014) A cada eleição temas polêmicos, como legalização da maconha e descriminalização do aborto, voltam a figurar entre as principais perguntas dos debates. Seja para defender mudanças na legislação ou para colocar os candidatos mais conservadores em saia-justa, o fato é que o questionamento não pode ficar de fora.

Este ano, não foi diferente. No primeiro debate da Band, na noite desta terça-feira (27), os candidatos Luciana Genro (PSOL) e Eduardo Jorge (PV) demonstraram posicionamentos em defesa da interrupção da gravidez indesejada.

O tucano Aécio Neves, no entanto, defendeu a manutenção da lei atual. Questionado por Eduardo Jorge, Aécio rebateu defendeu mais informação para as adolescentes de baixa renda.

“Acredito que a legislação atual deve ser mantida, mas defendo que haja cada vez mais informação. O drama de muitas jovens é a ausência de informação e apoio do setor público, é preciso que haja um esforço mais de informação e educação às jovens, mas em relação ao aborto eu prefiro manter a lei como ela está”, defendeu o presidenciável, que aparece em terceiro lugar na pesquisa Ibope com 19% das intenções de voto.

Eduardo Jorge defendeu que a atual lei prejudica a população feminina. Segundo o médico, a legislação “coloca 800 mil mulheres à própria sorte, procurando clínicas clandestinas e morrendo ou ficando com sequelas”. No entanto, no Brasil não existem dados oficiais para quantificar a quantidade de abortos clandestinos realizados.

Luciana Genro pontuou a “quebra de tabus” e aproveitou o espaço para criticar Marina Silva ao afirmar que a ex-senadora está presa a dogmas. “Precisamos regulamentar a maconha e o aborto. Essa é a realidade que precisamos discutir nas escolas”, comentou a candidata.

Marcela Balbino

Acesse no site de origem: [Aborto: Eduardo Jorge e Luciana Genro cobram política de enfrentamento. Aécio defende manutenção da lei \(Blog de Jamildo, 27/08/2014\)](#)